

Abastecimento de água é desafio

Atualmente, o sistema Caesb produz dez m³ de água por segundo e a demanda já supera os 9 m³ por segundo

Sidrônio Henrique
de Brasília

A migração constante e a perspectiva de que os condomínios passem a ser atendidos pela Companhia de Saneamento do Distrito Federal (Caesb) tornam ainda maior o desafio de garantir o abastecimento de água na capital federal. “A qualidade de vida está ameaçada, se não houver uma medida de conscientização da população, além de ações para ampliar o fornecimento”, comenta João Salles, engenheiro civil especialista em recursos hídricos e assessor da diretoria de hidrologia e gestão territorial do Serviço Geológico do Brasil (CPRM).

Atualmente, o sistema Caesb produz 10 m³ de água por segundo e a demanda já supera os 9 m³/s, informa o presidente da companhia, Fernando Leite. A capacidade de produção, segundo ele, é de 12 m³/s. A empresa encerrou 2000 com um índice de perdas de 23%, um dos menores do País, conforme a Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais (Aesb), mas que já foi mais baixo - em 1999 era de 19%. “Queremos chegar a 18% este ano”, diz Leite. O índice médio nacional de perda de água captada por operadoras de saneamento básico é de 40%.

O principal projeto para garantir o abastecimento de água no DF é a barragem de Corumbá IV, em Luziânia (GO), que começou a ser construída este ano e será utilizada também para uma usina hidrelétrica. Leite afirma



Foto: Evandro Matheus/Arquivo

que Corumbá IV deve garantir o abastecimento por 80 anos, mas só estará disponível em 2004.

“Não dá para esperar Corumbá IV. Não é uma solução tão próxima. Apesar da obra, tecnicamente, ser de médio prazo. Precisamos de soluções a curto prazo, como uma campanha para o uso sustentável da água”, ressalta Salles. Ele lembra que, por envolver múltiplos usos - como irrigação, utilização na indústria e nas residências - os recursos hídricos exigem uma gestão criteriosa.

A oferta bruta de água per capita no DF é uma das menores do Brasil, conforme a Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente. Com 1.752 m³ por habitante ao ano, o DF fica à frente apenas de Alagoas (1.751), Sergipe (1.743), Paraíba (1.437) e Pernambuco (1.320). A capital federal é abastecida pelas

estações do Descoberto (responsável por 61% do total), Torto/Santa Maria, Planaltina/Sobradinho, São Sebastião e Brazlândia.

Consumo

O índice de consumo per capita tido como ideal para áreas urbanas, estabelecido como padrão internacional pela Organização Mundial de Saúde (OMS), é de 250 litros diários por habitante. Segundo o CPRM, o consumo médio no DF é de 350 litros diários por pessoa. Nos Lagos Sul e Norte, a situação é mais crítica: 600 litros. A média do Plano Piloto é de 400 litros.

João Salles lembra que durante a definição do lugar onde seria o DF a abundância de recursos hídricos não era fator predominante na escolha. “Nem poderia ser, pois não havia expectativa de escassez de água”,

completa. De acordo com ele, caso a definição ocorresse nos dias de hoje, a escolha recairia numa área mais próxima de Tocantins ou na região de Formosa (GO), lugares onde a oferta de água é maior.

“Chegamos ao ponto de captar água fora do DF, o que aumenta a extensão das adutoras e, consequentemente, torna o custo mais elevado”, observa o engenheiro. Salles diz que uma das medidas a serem adotadas é o reuso não potável da água. Estudos da USEPA, agência do governo dos Estados Unidos encarregada das políticas de proteção ambiental, indicam que a reutilização da água pode resultar num aumento de 30% da oferta.

O engenheiro do CPRM sugere esta medida para as futuras edificações no DF. “Também pode haver adaptação naquelas construções com instalações aparentes”, acrescenta. Salles acredita, no entanto, que o maior retorno vem de campanhas de conscientização. “No reuso, o gasto é o dobro do que seria investido numa campanha convencional. As despesas para trazer até o DF a água de Corumbá IV representam quatro vezes mais que uma campanha”, calcula.

O subsecretário de recursos hídricos do DF, José Torsani, estimula o uso da água não potável como forma de economia. “Esta água pode ser utilizada para diversos fins e o não tratamento reduz o seu custo”, explica. Ele lembra que além da população da capital federal, de aproximadamente 2 milhões de pessoas, há também os moradores do Entorno que trabalham no DF e fazem uso da água.

(sidronio@gazetamercantil.com.br)